

ARQUEOLOGIA E TURISMO NA AMAZÔNIA – PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Edithe Pereira¹

edithe@museu-goeldi.br

Silvio Lima Figueiredo²

slima@ufpa.br

RESUMO – O artigo apresenta os problemas decorrentes da prática do turismo sem controle que vem acontecendo em sítios arqueológicos na Amazônia. Apresenta-se a situação atual de alguns sítios localizados em três regiões distintas no Pará e propõem-se recomendações básicas para uso turístico de sítios arqueológicos.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio arqueológico, turismo, Amazônia.

ABSTRACT – This article discusses the main problems that have affected Amazonian archaeological sites as a consequence of unsupervised tourist practices. The current state of sites located in three different regions of Pará are examined, while some basic procedures for the touristic access to archaeological sites are recommended.

KEY-WORDS – Archaeological heritage, tourism, Amazon Region

Introdução

Os vestígios arqueológicos da Amazônia sempre despertaram muita curiosidade. Amadores e especialistas fascinados pelo exotismo e pela beleza das peças arqueológicas amazônicas formaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, importantes coleções numa época onde os interesses da pesquisa convergiam principalmente para a coleta de belas peças, preferencialmente, inteiras para serem guardadas em Museus.

Os longínquos rincões de onde essas peças eram retiradas e a dificuldade de chegar até eles não constituíam necessariamente um estímulo a sua visita. Tampouco era de interesse dos pesquisadores que esses locais fossem visitados. O objetivo era a salvaguarda do objeto, enquanto que o vínculo com o local de origem era visto como de importância menor. Tudo convergia para que as peças estivessem destinadas a serem admiradas no interior dos Museus.

Apesar do desenvolvimento da Arqueologia como ciência social e disciplina acadêmica durante a segunda metade do século XX, tal situação se manteve sem grandes alterações até aproximadamente o final da década de 1980. A partir daí, se inicia um período de valorização da visita aos sítios arqueológicos. Essa mudança vem ocorrendo de forma gradual e conta com a ajuda, por um lado, da mídia, e, por outro, do movimento de

¹ Pesquisadora doutora do Museu Paraense Emílio Goeldi.

² Professor mestre da Universidade Federal do Pará.

valorização da natureza pela sua estética. Esta última motivou o incremento de atividades como o ecoturismo³, na carona das políticas de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto e, acompanhando a onda de ações relacionadas à conservação ambiental, a visita aos sítios arqueológicos começa a despertar o interesse do público que anseia, agora, ver os vestígios arqueológicos e conhecer as informações sobre os objetos arqueológicos nos próprios locais de onde foram retirados.

Os meios de comunicação e o cinema têm participação significativa nesse novo momento. Na década de 1980, a indústria cinematográfica norte-americana apresenta ao mundo o personagem Indiana Jones, um arqueólogo caçador de tesouros que contribuiu para popularizar a profissão. Ainda que o profissional de arqueologia esteja representado neste personagem de forma um tanto equivocada, a sua atividade começa a despertar a curiosidade do público. Um reflexo disso é facilmente observado nos títulos de matérias jornalísticas sobre a pré-história do Brasil, onde os arqueólogos brasileiros costumam ser comparados com o famoso personagem do cinema.

Nos últimos anos a pesquisa arqueológica no Brasil começou a ganhar espaço na mídia, o que tem contribuído para aumentar a popularização dessa ciência junto ao público em geral. Os resultados de pesquisas arqueológicas passam então a extrapolar o mundo acadêmico e alcançam um público mais amplo. As descobertas ocorridas em algumas regiões brasileiras se transformaram em manchetes de revistas e de jornais de circulação nacional e internacional. Isso permitiu que o público não especializado – no qual se inclui também o infantil⁴ – conheça como trabalha o arqueólogo e tenha acesso às novas informações sobre a pré-história do país.

Esse conjunto de informações tem contribuído para aumentar a curiosidade do público leigo pela pré-história do Brasil estimulando, conseqüentemente, o interesse em conhecer os lugares onde há milhares de anos viveram nossos antepassados. Aos poucos, os sítios arqueológicos brasileiros passaram a ser considerados como uma opção de turismo no país e na Amazônia não tem sido diferente. Visitados inicialmente de maneira informal, rapidamente alguns sítios arqueológicos passaram a fazer parte de roteiros turísticos na região amazônica.

³ Ecoturismo é o turismo realizado em lugares naturais, que contam com equipamentos específicos e programas de educação ambiental e patrimonial para minimização de impactos antrópicos negativos (Figueiredo, 1999: 98-99).

⁴ Um exemplo é a revista infantil “Recreio” que, em 2003, apresentou ao público infantil o trabalho do arqueólogo e informações sobre sítios arqueológicos de diversas partes do mundo (Revista Recreio, ano 4, números 189 a 199).

O Turismo e o Patrimônio Arqueológico

O turismo é uma atividade econômica que tem uma situação ímpar na relação entre matérias-primas e fabricação de produtos. A “fabricação” do produto turístico nada mais é do que a atuação de segmentos econômicos sobre potencialidades provindas da natureza e da cultura, dando a elas a possibilidade de serem oferecidas a consumidores que não desejam comprá-las, mas passar pela experiência de conhecê-las e usufruir de suas capacidades de proporcionar sensações prazerosas. O turismo, portanto “vende” uma praia, uma ilha ou uma festa tradicional, e, no entanto essa “venda”, constitui-se na experiência de se usufruir desses atrativos.

Na composição do produto turístico, os itens da natureza e da cultura têm um valor destacado especialmente aqueles que, por um motivo ou por outro, são excepcionais - ou num conceito mais moderno de patrimônio, são singulares -, importantes para a sociedade que os produziu e marca de identidade e territorialidade.

Os bens arqueológicos têm um potencial enorme de atração turística, por isso são tão valorizados. Mas, essa valorização se potencializa em função de alguns elementos, como as facilidades de acesso ao sítio arqueológico, a possibilidade de visualização ou manipulação dos objetos, a importância na história local e nacional, a beleza plástica da arte e dos objetos, além das construções e monumentos antigos.

O turismo pode ser visto então como um fator importante na conservação do patrimônio arqueológico desde que sejam tomadas medidas apropriadas para o manejo dos sítios. Dessa forma ele poderá tornar-se um grande motivador econômico da manutenção dos sítios ao mesmo tempo em que adapta-os para visitação, transformando-os em recurso importante de um produto turístico, ao mesmo tempo que possibilita a construção de uma consciência para a preservação do patrimônio arqueológico.

A importância de levar ao conhecimento do grande público as informações sobre as antigas sociedades humanas é, ao mesmo tempo uma forma de fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio considerado na Carta de Lausanne como um recurso cultural frágil e não renovável (Cury, 2000:303).

No entanto, o turismo predatório pode, contrariamente, pôr em risco esse patrimônio, pois pode se perder o controle da quantidade de visitantes que uma área tão frágil pode permitir, além do que a transformação desse elemento da cultura dos povos em produto

vendável pode vir a alterar (ou não) sua significação identitária para transformá-lo em componente de uma mercadoria.

O ecoturismo pode vir a ser uma forma de melhorar a relação entre o patrimônio natural e seu uso e valoração econômica. Precauções semelhantes devem nortear o turismo em sítios arqueológicos, garantindo a preservação do patrimônio cultural. Muitas vezes há coincidência entre a localização dos sítios arqueológicos e áreas procuradas turisticamente pelas belezas naturais, tornando ainda mais evidente a convergência de interesses na procura de soluções para a preservação desses dois tipos de patrimônio.

No Brasil, o patrimônio arqueológico é protegido por leis federais, estaduais e municipais⁵. No entanto, o gerenciamento desse patrimônio ainda deixa muito a desejar. A retomada do hábito da formação de coleções arqueológicas por leigos que, por sua vez, incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas é um exemplo do não cumprimento da legislação. Acrescente-se a isso a divulgação prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários ou onde não se tenha incrementado uma infraestrutura que permita sua visitação pública sem riscos ao sítio e ao próprio visitante.

O turismo e os sítios arqueológicos do Estado do Pará

A divulgação da existência de sítios arqueológicos na Amazônia, em particular no Pará, tem sido feita por agências de turismo, mas também pelo próprio governo do Estado, que vê nesses locais um importante atrativo turístico. Ações do poder público como essa, constituem uma das formas de divulgação prematura de sítios arqueológicos apontada por Gonzáles Morales (1993:182). Trata-se da difusão institucional que, segundo esse autor, é direcionada para justificar aspectos da política de gestão cultural ou de política regional.

Esta forma de difusão é bastante perigosa visto que gestores municipais e estaduais, na ânsia de transformar sítios arqueológicos em pontos turísticos, direcionam seus esforços para uma ampla divulgação e esquecem de criar as condições necessárias para a proteção e visitação adequadas aos sítios. Dessa forma, estimula-se um turismo predatório face ao descompasso criado entre o excesso de divulgação sobre sítios arqueológicos ainda pouco ou nada conhecidos do ponto de vista científico e a ausência total de infraestrutura para a proteção dos sítios e a segurança dos visitantes.

⁵ Citamos entre outras a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal nº3.924 de 26 de julho de 1961, o Código Penal Brasileiro (parte especial, Título III – Dos crimes contra o patrimônio), a Portaria nº 07, de 01 de dezembro de 1999 do então SPAHN, a Resolução CONAMA nº001, de 23 de janeiro de 1986 e a Portaria nº230, de 17 de dezembro de 2002 do IPHAN.

No Pará, algumas regiões passaram a ser incluídas em roteiros turísticos em função principalmente da existência de sítios arqueológicos. Neste trabalho, daremos destaque para a situação atual de três regiões – o município de Monte Alegre, a Serra das Andorinhas (localizada no município de São Geraldo do Araguaia) e a Ilha do Marajó (Figura 1) – nas quais os sítios arqueológicos constituem um dos principais atrativos turísticos divulgados por agências especializadas.

Monte Alegre

O município de Monte Alegre, localizado no baixo Amazonas, tem como principal atrativo turístico pinturas rupestres localizadas num conjunto de três serras situadas a cerca de 40 km a oeste da sede municipal.

As pinturas rupestres dessas serras são conhecidas e visitadas há muito tempo sendo que alguns dos seus visitantes não hesitaram em deixar registrada na rocha a sua passagem. As iniciais I.H.J e o ano de 1764 grafados em meio às pinturas pré-históricas, foram observados na segunda metade do século XIX pelo geólogo Charles F. Hartt (1895:309).

Apesar de serem conhecidos e visitados há bastante tempo, foi somente a partir de 1996 que os sítios com pinturas rupestres de Monte Alegre começaram a receber um afluxo maior de visitantes. A divulgação da antiguidade de um sítio nesta região (Roosevelt, 1996) foi a mola propulsora para o incremento de turistas interessados em ver de perto pinturas rupestres feitas por grupos humanos há mais de 11.000 A.P.

O aumento no número de visitantes gerou, inicialmente, um turismo informal em que apenas alguns moradores da região lucravam com a visita dos turistas aos sítios. Posteriormente, a partir de 1999, empresas de turismo passaram a incluir sistematicamente os sítios arqueológicos de Monte Alegre nos seus roteiros e, em pouco tempo, as consequências negativas dessas visitas já era visível, através da destruição de várias pinturas rupestres.

Nenhum dos sítios que hoje são visitados apresenta qualquer infra-estrutura que permita que a sua exposição pública seja feita com segurança tanto para o turista como para o patrimônio que está sendo exposto. Problemas como a falta de controle de acesso aos sítios e a ausência de guias capacitados para acompanhar os turistas são apontados por Pereira (2002:238) como fatores que contribuem para colocar em risco o patrimônio arqueológico daquela região.

Além desses problemas, soma-se também uma divulgação de origem desconhecida e um tanto equivocada, feita através de uma série de cartões postais. Através desse importante veículo de divulgação turística, o responsável pela sua elaboração, além de colocar em

evidência as pinturas rupestres da região, apresenta, no verso dos postais sua própria interpretação sobre o significado das pinturas rupestres.

Em 2001 foi criado o Parque Estadual de Monte Alegre e com ele renasceu a esperança de uma real proteção ao patrimônio arqueológico da região. No entanto, decorridos quatro anos de sua criação, o Parque ainda não dispõe de um plano de manejo.

Serra das Andorinhas

Uma das grandes preocupações relacionadas com a Serra das Andorinhas é a preservação dos sítios arqueológicos. Nessa serra, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará, alguns sítios constituem-se em abrigos com pinturas rupestres que foram sumariamente documentados e por isso mesmo, as informações sobre eles são bastante restritas. Apesar disso, alguns sítios têm sido prejudicados pela ação de visitantes desinformados sobre a importância do patrimônio arqueológico. Um exemplo é o sítio Abrigo da Neblina, que é palco todos os anos de uma festa religiosa. Durante uma semana, romeiros e visitantes acampam na área do sítio e no seu entorno, cumprindo uma tradição que vem de longa data (Mattos, 1999:6). A parede do abrigo onde se concentram as pinturas pré-históricas é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (Pereira, 2002:239).

No entorno da Serra das Andorinhas, nas margens do rio Araguaia, existem dois outros importantes sítios com gravuras rupestres - a Ilha dos Martírios e a Pedra Escrita – cujo acesso é relativamente fácil e cujas gravuras podem ser visualizadas com nitidez. Esses locais estão sujeitos a riscos de toda natureza entre os quais destacamos:

- a) A conformação do ambiente do vale cortado pelo rio Araguaia, por ser um rio cujo leito possui muitas pedras, e que provocam a formação de corredeiras. Durante a alternância de estações, seca e chuvosa, o rio tem uma movimentação de cheia e seca muito significativa, onde parte da ilha dos Martírios, durante a cheia, fica submersa e cada período de seca, os bancos de areia cobrem diferentes painéis. O primeiro grande risco para a conservação é exatamente esse movimento anual, mesmo que causado por fatores ambientais.
- b) Segundo informaram alguns guias locais vários pedaços de rocha com gravuras foram retirados por visitantes para a formação de coleções particulares. Esta prática é facilmente reconhecível em vários pontos da Ilha dos Martírios.
- c) Projetos desenvolvimentistas na área têm provocado interferência física direta. É o caso da implantação de marcos de concreto para balizamento topográfico ao lado de painéis com gravuras rupestres na ilha dos Martírios.

d) O turismo, da forma que vem sendo realizado, pode apresentar uma ameaça aos conjuntos rupestres desses sítios. Geralmente, a ilha dos Martírios é freqüentada por quatro tipos de visitante: a) os pesquisadores; b) os moradores da comunidade de Santa Cruz e seu entorno; c) os visitantes de cidades próximas, principalmente Xambioá, no estado do Tocantins e São Geraldo do Araguaia, no Pará, em busca de lazer; e d) os turistas nacionais ou estrangeiros. No caso do turismo, os roteiros eram, até pouco tempo atrás, operados pela Fundação Serra das Andorinhas, que levava os turistas para conhecer cachoeiras, trilhas e as gravuras rupestres da ilha dos Martírios, um dos principais atrativos do produto vendido. Os grupos ficavam hospedados na sede da fundação, em um alojamento bem próximo a ilha.

Durante a visitação desses grupos à ilha, a identificação dos principais conjuntos de gravuras rupestres é feita através da colocação de areia (muito abundante na ilha) no baixo relevo que formam as inscrições. Esse procedimento é feito pelos guias ou moradores locais (Figueiredo 2003:99, 2004:9). Informações sobre a origem das gravuras rupestres, a quantidade, os índios que as produziram e o significado de cada uma delas (sol, jacaré, pássaro) são repassadas ao visitante a partir da interpretação do próprio guia sem qualquer amparo científico. Por outro lado, não há qualquer tipo de supervisão para visitação da área, nem estruturas que facilitem o percurso no sítio, e que garantam a segurança do visitante e a proteção ao patrimônio. Algumas agências de turismo também operam na Ilha dos Martírios, que é vendida como um dos principais atrativos da área, juntamente com o sítio Pedra Escrita, as cavernas, as “trincheiras” utilizadas durante a Guerrilha do Araguaia⁶, as cachoeiras e os esportes radicais. Algumas agências das cidades de Palmas e Araguaína no Estado do Tocantins operam esses passeios, enquanto outros guias fazem roteiros específicos para estudantes e pesquisadores. Um folheto do Hotel Andorinhas, localizado em Xambioá (TO), faz a seguinte oferta:

Venha conhecer este paraíso de uma linda e exuberante fauna e uma incomparável flora. Registros de povos pré-históricos em gravuras rupestres como a Pedra Escrita. Cavernas com formações em calcáreo esculpida há milhões de anos pela natureza. Trincheiras utilizadas pelos militantes de esquerda que participaram da Guerrilha do Araguaia. Cachoeiras com mais de 60 m de altura, com água pura e cristalina. Com lugares excelentes para esportes radicais como rafting, alpinismo, canoagem ou simplesmente contemplar a natureza.

⁶ Guerrilha empreendida por militantes de esquerda, ligados ao Partido Comunista do Brasil, que se estabeleceram na região com o objetivo de criar focos de resistência ao regime militar, instalado no país com o golpe de 1964. Associando-se aos moradores da região, os guerrilheiros resistiram por algum tempo às investidas do exército, até 1975, quando foram exterminados (Alves Filho, 2002).

e) A construção da hidrelétrica de Santa Isabel é talvez a principal ameaça ao conjunto de gravuras rupestres da região dos Martírios. Até onde é de conhecimento público, a construção dessa hidrelétrica não será realizada, no entanto, caso venha a acontecer no futuro, as águas da barragem irão inundar permanentemente a ilha dos Martírios e as margens do rio. Será o maior impacto já causado pelo homem nessa região.

A área da Serra das Andorinhas está localizada em duas unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, criado em 1996 e a Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia, criada em 1996, ambos ainda sem plano de manejo.

Ilha do Marajó

Os sítios arqueológicos da Ilha do Marajó foram continuamente saqueados durante todo o século XX. Coleções de cerâmica arqueológica foram formadas, muitas vezes pelos próprios donos de fazendas⁷ que, por capricho ou interesse financeiro, retiraram dos sítios peças arqueológicas sem qualquer preocupação em registrar a procedência. Esta situação já foi denunciada por Roosevelt (1991:34-35) que documentou através de fotografias a destruição por retroescavadeira do aterro maior do sítio Camutins, no alto rio Anajás, e por Schaan (com. pess. 2005), que reporta a destruição de outro teso no mesmo sítio para a construção de uma pista de pouso, assim como o tráfico de peças arqueológicas em outras áreas do rio Anajás.

A beleza da cerâmica do Marajó e sua concentração nos tesos⁸ constituem um importante atrativo turístico para o visitante. No leste da Ilha do Marajó, com exceção das cidades de Soure e Salvaterra, a infra-estrutura para receber o turista é precária. Por outro lado, a busca pela experiência de viver no campo direcionou o turismo ecológico e o turismo rural para as fazendas do interior da ilha onde seus proprietários passaram a investir na criação de hotéis-fazenda como forma alternativa de renda. Em alguns destes hotéis-fazenda um dos atrativos turísticos é a visita a um sítio arqueológico, de onde o turista pode levar de lembrança alguns fragmentos de cerâmica pré-histórica.

Essa prática é antiga, pois o turismo já há muito se desenvolve na Ilha, tendo tido seu auge na década de oitenta, quando grupos estrangeiros freqüentavam seus hotéis e fazendas. Mesmo com uma considerável queda desse fluxo, e com a mudança de perfil do público que compra o “produto” Marajó (com a presença também do turista regional,

⁷ A história recente da Ilha do Marajó tem sua economia atrelada a criação de gado bovino e bubalino, que se dá, principalmente, nas inúmeras fazendas muitas delas pertencentes a famílias tradicionais da região. Uma grande parte dos sítios arqueológicos conhecidos está situada nestas fazendas.

⁸ Aterro artificial feito em terrenos alagadiços com objetivo de moradia e cemitério.

provindo do Estado do Pará), Soure, Salvaterra e outras cidades da Ilha, além das fazendas, continuam a ter no turismo uma das principais fontes de renda, junto com a pecuária. Os fluxos turísticos continuam a chegar à ilha e o turismo de massa começa a dar lugar a um turismo mais elitista, sem chegar a ser efetivado o ecoturismo que é mais adequado à conservação do patrimônio ambiental e cultural/arqueológico (Figueiredo, 1999b:80-98).

Demonstrando essa situação, transcrevemos abaixo parte do roteiro turístico destacado da página da internet da Companhia Nacional do Ecoturismo⁹ onde essa empresa oferecia a seus clientes um pacote para as festas do final do ano de 2004 na Ilha do Marajó onde um dos atrativos era a visita a um sítio arqueológico:

28/12 (Ter)–Ilha do Marajó/Fazenda - Hoje, será um dia intenso de atividades. Às 5h30, sairemos para apreciar o belo nascer do sol na Ilha do Marajó, seguindo de passeio de canoa a remo para possíveis observações de animais: papagaios, tucanos, macacos e outros animais silvestres, nossa presença será brindada com um belo espetáculo da natureza. Retornaremos à sede da fazenda para o café da manhã. Faremos uma pequena pausa para descanso e em seguida sairemos para o passeio de canoa no Rio Camará, conhecendo seus igarapés (pequenos rios no interior da mata), faremos uma caminhada pela floresta até chegarmos a um sítio arqueológico para conhecermos um pouco da cultura Marajoara, seus costumes e tradições e a variedade de plantas medicinais utilizadas pela população local. Almoço na sede da fazenda. Repouso até as 15h. O período da tarde será para cavalgadas em búfalo pelos campos, com observação da fauna e pesca nos lagos da fazenda. À noite, jantar e repouso. (grifo nosso)

O sítio arqueológico incluído no roteiro não é nomeado, mas provavelmente está localizado próximo à Fazenda Nossa Senhora do Carmo, em Salvaterra e à Fazenda São Jerônimo, em Soure, locais de recepção dos turistas do pacote.

Da mesma forma que em Monte Alegre e na Serra das Andorinhas, no Marajó não há qualquer tipo de controle, seja por parte dos operadores seja por parte do poder público, sobre a quantidade e o tipo de visita desses sítios, principalmente dos tesos localizados no interior de fazendas particulares que praticam o turismo.

Problemas Decorrentes da Visita de Sítios Arqueológicos

As situações mais preocupantes ligadas à visita dos sítios arqueológicos e à relação entre a atividade turística e a arqueologia, geralmente estão ligadas à ausência da pesquisa e da intervenção e planejamento. São elas:

⁹ O mesmo pacote continua sendo oferecido por esta empresa para os feriados de 2005 (Páscoa, Tiradentes e Corpus Christi).

- Ausência de pesquisa arqueológica nos sítios, que implica na falta de informações sobre o local visitado e seus antigos habitantes;
- Ausência de plano de manejo da área onde os sítios estão inseridos;
- Ausência de estruturas que facilitem o percurso no sítio proporcionando segurança ao visitante e a proteção aos sítios;
- Ausência de supervisão para visitação das áreas;
- As informações sobre os sítios - sua origem, as características do material arqueológico, quem eram e quando viveram os índios que habitaram aquele local - são repassadas ao visitante a partir da interpretação dos próprios guias, sem amparo científico;
- Retirada, pelos visitantes, de objetos do sítio arqueológico para compor acervos particulares, como souvenir ou registro da viagem que realizou;
- Atos de vandalismo, como pichações e inscrições realizadas pelos visitantes para registrar sua passagem pelo local.
- Exagerado fluxo de visitantes ameaçando sítios com alta fragilidade.

Sugestões de ações para a exploração de sítios arqueológicos para o turismo

No planejamento do turismo em sítios arqueológicos é possível observar alguns procedimentos que, além de facilitar a visitação e a visualização das gravuras e pinturas rupestres, objetos e obras arquitetônicas, podem ajudar na conservação, principalmente com retorno financeiro e promovendo a auto-sustentabilidade ao sítio. Os procedimentos foram elaborados a partir de experiência de campo e de metodologias sugeridas em WWF (2003), Oliveira (2003), Boo (1995), Camargo (1998) Pereira (2002) e Figueiredo (2003, 2004).

- 1) A criação de uma equipe multidisciplinar é imprescindível, no que se refere à pesquisa e à difusão/visitação do local. Arqueólogos, geólogos, arquitetos, educadores e planejadores de turismo necessitam estar afinados na realização da pesquisa, que pode preceder o uso turístico e educativo, ou podem ocorrer simultaneamente, se for um sítio muito grande e com muitas informações. No entanto, a pesquisa sempre é o início, e somente depois que ela estiver estabilizada, a utilização para visitação pode vir a ocorrer.
- 2) A definição, a partir de pesquisas, de áreas que podem ser reveladas ao público e áreas que não podem receber visitação é um segundo momento. Um pré-zoneamento do sítio em função das variáveis ambientais que são encontradas na área, das ameaças que podem vir do próprio ambiente e de ações antrópicas de outra ordem e da própria possibilidade de visitação.

- 3) No isolamento das áreas intangíveis devem ser levados em consideração aspectos referentes à fragilidade das artes/objetos/obras, à importância cultural e à existência de outras atrações semelhantes no local com menores possibilidades de ameaças.
- 4) A identificação das áreas que podem receber a visitação e ações educativas deve se dar de acordo com o que a pesquisa indicar como mais frágil e menos frágil, e mais representativa e menos representativa. Dessa forma, cria-se um zoneamento para cada sub-área onde é possível calcular a capacidade de suporte de visitação, levando em consideração as especificidades do patrimônio arqueológico.
- 5) Estruturas devem ser construídas para facilitar o acesso e a visualização/contato, onde for permitido, servindo também de instrumento de controle de visitação e impactos. Essas estruturas podem ser exemplificadas com estivas, pontes, mirantes, e dessa forma direciona-se o fluxo da visitação onde é indicado pela pesquisa.
- 6) Sinalização do sítio e do seu entorno, de acordo com as potencialidades e fragilidades da área do sítio;
- 7) A musealização e turistificação de zonas próximas ao sítio ou no próprio sítio são alternativas para diminuir o fluxo no próprio sítio ou em suas áreas mais frágeis. Isso pode ocorrer na preparação de áreas completamente artificiais, que ajudem na educação e diminuam a pressão sobre o sítio.
- 8) Criação de documentos informativos sobre os resultados das pesquisas relativas ao(s) sítio(s) e a importância daquele local para a pré-história da região. Quanto mais informações o visitante tiver sobre o local maior as possibilidades dele compreender a importância de preservá-lo.
- 9) Capacitação de guias especializados para que sejam repassadas de forma correta as informações sobre o local visitado.
- 10) O envolvimento das populações próximas aos sítios arqueológicos é imprescindível em, pelo menos, dois momentos: durante a pesquisa arqueológica e, posteriormente, quando do uso turístico dos sítios. No primeiro momento, é importante levar ao conhecimento dessas comunidades o trabalho que está sendo realizado e sua importância. Esse processo deve ser feito através de um conjunto de ações de educação patrimonial que permitam sensibilizar as comunidades sobre a importância de conhecer o passado e a necessidade preservar o patrimônio arqueológico; se os sítios estudados forem expostos à visitação turística, as

comunidades também deverão participar fazendo parte nas decisões e colaborando com elas. Dessa forma, as comunidades desenvolvem o sentimento de pertencimento para com o patrimônio que as rodeia, transformando-se nos seus principais guardiãs. A relação entre pesquisa arqueológica, turismo/visitação e população local é o tripé onde deve ser firmada as metodologias de planejamento de áreas com sítios arqueológicos.

Conclusão

O encontro do patrimônio arqueológico é um dos mais fascinantes na atividade turística, pois remete o visitante ao passado, a outras realidades e ao mistério de nossa origem. Esse aspecto e a segurança das viagens fazem com que um número cada vez maior de turistas busque a visita a esses locais. No entanto, na maioria das vezes os sítios arqueológicos não estão preparados para esse uso. É necessário, portanto, que se utilize o turismo no auxílio da manutenção desses sítios, e não como um elemento que propicie a destruição, que é o que acaba acontecendo, com a retirada indevida de material arqueológico ou pichações nos paredões com arte rupestre.

É importante perceber o quanto essa atividade pode trazer benefícios, não só na formação das pessoas que visitam um sítio, quando se explica a origem do lugar e de seus habitantes, mas também no aspecto pedagógico, na passagem de informações e preceitos sobre o respeito ao patrimônio e o respeito à diferença.

A produção de artesanato local tendo nos motivos arqueológicos a principal fonte de inspiração, configura-se não apenas como uma possibilidade de renda extra para os moradores das comunidades localizadas próximo aos sítios, mas também contribui para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento dessas sociedades para com os sítios arqueológicos.

Nos três casos apresentados neste trabalho, o fato dos sítios arqueológicos estarem localizados em parques ambientais (Monte Alegre - Parque Estadual de Monte Alegre e Serra das Andorinhas - Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas) e em uma área de preservação ambiental (Arquipélago de Marajó – APA Marajó) garante, desde que sejam criados e implementados seus respectivos planos de manejo, a solução para os problemas detectados nos sítios arqueológicos. Tal situação, no entanto, não é comum em uma região onde há uma grande quantidade de sítios arqueológicos ainda não estudados à espera de algum interessado em obter lucro através de um turismo não planejado. Foi essa preocupação que nos levou a sugerir neste artigo algumas recomendações básicas para a visitação pública

de sítios arqueológicos, estejam eles ou não em áreas de proteção ambiental. As sugestões aqui apresentadas têm como objetivo dar o primeiro passo para a discussão sobre o assunto de forma que num futuro próximo qualquer sítio arqueológico no país para ser aberto a visitação pública deva obedecer alguns procedimentos básicos visando a sua conservação.

Bibliografia

- ALVES FILHO, Armando. *Pontos de História da Amazônia*, vol. II. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. 102 p.
- BOO, Elizabeth. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995. p. 33 – 57.
- CAMARGO, Paulo. O aproveitamento dos vestígios arqueológicos para o turismo: potencialidades de Iguape/SP. In: *Boletim de turismo e de Administração Hoteleira*. São Paulo, vol. 7 n. 1, maio, 1998. p. 42-55.
- CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000, 384 p.
- FIGUEIREDO, Silvio et al. *Parques e Turismo: Estudos de Planejamento do Parque da Serra das Andorinhas-PA*. Belém, 2004, mimeo. 34 p.
- FIGUEIREDO, Silvio. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFGA, 1999. 207 p.
- FIGUEIREDO, Silvio. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFGA, 1999b. p. 75-126.
- FIGUEIREDO, Silvio. Parque da Serra das Andorinhas, gestão e participação. In: GIMENES, Maria Henriqueta (org.). *Oportunidades e Investimentos em Turismo*. São Paulo: Ed. Rocca, 2003. p. 93-105.
- GONZÁLES MORALES, Manoel R. La difusión de los hallazgos de arte rupestre. In: LA PROTECCION y conservación del arte paleolítico. Asturias: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, 1993, p. 181-184.
- HARTT, Charles Frederich. Inscrições em rochedos do Brasil. *Revista do Instituto Archeológico e Histórico Pernambucano*, Recife, n. 47, p. 301-329. 1895. il.
- MATTOS, Maria Virgínia Bastos. Os cantos do “Divino da Casa de Pedra”: Reflexões sobre alguns aspectos lingüísticos. *Boletim Casa da Cultura de Marabá*. Marabá-PA. 1999, p. 6-24.
- OLIVEIRA, Fernando. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. Campinas/SP: Ed. Papyrus, 2003. 178 p.
- PEREIRA, Edithe. Arte rupestre na Amazônia – um patrimônio ameaçado. IN: *Fundamentos*. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. V.1, n.2, 2002, p.233-241
- ROOSEVELT, Anna. *Moundbuilder of the Amazon: Geophysical archaeology on Marajó Island, Brazil*. Academic Press, San Diego, CA. 1991. p. 34-35
- ROOSEVELT, Anna et al. Paleoindian cave Dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. *Science*, 272, p. 373-84, Apr.1996.

UNIVERSIDADE Federal do Pará. Centro de Geociências. *Projeto Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas*: estudos integrados para conhecimento e preservação. Belém, 2002. 254 p.

WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária*. Brasília, 2003.

www.cianacional.com.br